

PROPOSIÇÕES	COMISSÃO DE REDAÇÃO E JUSTIÇA 18/08/2025 às 11h00min
Projeto de Lei nº 31/2025 – de autoria do Poder Executivo.	Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder direito real de uso, com encargos, de bem imóvel à empresa Esplendora Obras Ltda e dá outras providências.
Projeto de Lei nº 33/2025 – de autoria do Poder Executivo.	Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder direito real de uso, com encargos, de bem imóvel à empresa PVTEC SOLUÇÕES LTDA e dá outras providências.
Projeto de Lei nº 35/2025 – de autoria do Poder Executivo.	Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder direito real de uso, com encargos, de bem imóvel à empresa COOPTRANS – COOPERATIVA DE TRANSPORTES LTDA. e dá outras providências.
Projeto de Lei nº 36/2025 – de autoria do Poder Executivo.	Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder direito real de uso, com encargos, de bem imóvel à empresa NONATO TRANSPORTES LTDA e dá outras providências.
Projeto de Lei nº 37/2025 – de autoria do Poder Executivo.	Altera a Lei Municipal n.º 4.735, de 30 de março de 2020 que “dispõe sobre a proibição de manuseio, utilização, queima e soltura de fogos de estampidos e de artifícios, assim como de quaisquer artefatos pirotécnicos de efeito ruidoso no Município de Francisco Beltrão e dá outras providências”.
Projeto de Lei nº 38/2025 – de autoria do Poder Executivo.	Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder direito real de uso, com encargos, de bem imóvel à empresa LS INOVAÇÃO EM TECNOLOGIA LTDA. e dá outras providências.
Projeto de Lei nº 40/2025 – de autoria do Poder Executivo.	Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder direito real de uso, com encargos, de bem imóvel à empresa LGQ LABORATORIO LTDA e dá outras providências.
Projeto de Lei nº 43/2025 – de autoria do Poder Executivo.	Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder direito real de uso, com encargos, de bem imóvel à empresa FBF CARTONAGENS LTDA e dá outras providências.
Projeto de Lei nº 44/2025 – de autoria do Poder Executivo.	Altera o Anexo I da Lei nº 5.185, de 27 de fevereiro de 2025, que dispõe sobre o estágio de estudantes nos órgãos do Poder Executivo, nos termos da Lei nacional nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, e dá outras providências.